

OFÍCIO GAB. N.º 103/12

Eldorado do Sul, 16 de agosto de 2012.

Exmo. Sr. Romeu Wilhelm.
D.D. Presidente da Câmara de Vereadores.
Município de Eldorado do Sul-RS.

Exmo. Presidente:

No uso das atribuições legais que conferem o § 1º, do art. 52, da Lei Orgânica do Município, venho por meio deste apresentar veto frente ao Projeto de Lei n.º., de iniciativa deste Poder Legislativo, que alterou os artigos 14 e 16 da Lei Municipal n.º. 3.611, de 20 de dezembro de 2011.

RAZÕES DO VETO.

O Poder Legislativo Municipal apresentou o Projeto de Lei Municipal n.º. 009, na data de 08 de maio de 2012, tendo como proposta a alteração dos artigos 14 e 16 da Lei Municipal n.º. 3.611, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece normas para solicitação de inscrição, alteração nos cadastros e expedição de licenciamentos municipais referentes ao Alvará de Licença, Alvará Sanitário e Licenças Ambientais e suas renovações.

Dentre as alterações propostas, a alteração do art. 14, para inclusão do parágrafo 4º., no inciso I, contendo a seguinte redação:

“Parágrafo 4º - Será dispensado da Certidão de Zoneamento nos seguintes casos:

- Para domicílio fiscal, ponto de referência, sendo que na solicitação do Alvará o contribuinte deverá apresentar pelo contrato social ou requerimento empresarial e CNPJ a comprovação de atividade externa, juntamente com a declaração específica de domicílio fiscal.

- Para a renovação do Alvará no mesmo endereço.”.

A segunda alteração contida no projeto de lei 009, de 2012, diz respeito a inclusão do Parágrafo único, ao art. 16, da Lei Municipal 3.611, de 2011, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único: *A realização da limpeza dos reservatórios de água, de acordo com técnica prescrita pela Secretaria da Saúde, fulcro § 4º, artigo 94 do decreto 23.430/74, poderá ser comprovada através das notas fiscais de compra dos produtos de limpeza utilizados e com as declarações por escrito e assinadas de duas testemunhas que presenciaram a realização desta, por parte do próprio proprietário ou responsável pelo imóvel administrado.”.*

Após análise do projeto de lei 009, de 2012, de autoria deste Poder Legislativo, constatou-se que na data de 06 de junho de 2012, foi publicada a Lei Municipal n.º. 3.702, de 05 de junho de 2012, que já disciplinou exatamente o mesmo conteúdo trazido no projeto de lei ora vetado.

Uma vez que já existe legislação municipal disciplinando a matéria, o entendimento é o de que não existe interesse público para o projeto em tela, merecendo ser vetado, nos termos do § 1º. do art. 52, da Lei Orgânica Municipal.

Não bastasse a falta de interesse público acima referida, a emenda proposta pelo Poder Legislativo apresenta um vício quando disciplina matéria elencada na Lei Orgânica Municipal como sendo de atribuição privativa do Prefeito Municipal.

Nos termos do inciso X, do art. 59 da LOM, compete privativamente ao Prefeito:

“Art. 59 Compete privativamente ao Prefeito:

(...);

X – planejar e promover a execução dos serviços municipais;”.

Conforme disciplina Hely Lopes Meirelles, em sua obra intitulada “Direito Municipal Brasileiro”¹, “(...)a expressão constitucional *serviços públicos de interesse local* (art. 30, V) abrange não só os *serviços públicos* propriamente ditos, como também as *obras públicas* e demais *atividades* do Município necessárias ou úteis aos munícipes.”.

O texto acima se refere ao que disciplina o art. 30, V, da Constituição da República Federativa do Brasil, ao prever que “Art. 30. Compete aos Municípios: (...); V - *organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou*

¹ Meirelles, Hely Lopes, **Direito Municipal Brasileiro**, 14ª. edição, ed. Malheiros, São Paulo, pág. 337.

permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;”.

Conforme já referido, o Poder Executivo Municipal, respaldado no que prevê a LOM, disciplinou a matéria tratada no projeto ora vetado, através da Lei Municipal n°. 3.702, de 05 de junho de 2012, e do Decreto Municipal n°. 5.180, de 04 de junho de 2012.

Por tudo que foi dito, temos que o projeto de lei 009, de 2012, de autoria deste Poder Legislativo, é ilegal e inconstitucional, na medida em que trata de matéria prevista pela Constituição Federal como de competência Municipal e pela LOM como de competência privativa do Prefeito. Não bastasse isso, a matéria constante no projeto ora vetado já foi disciplinada pelo Poder Executivo.

Diante dos fundamentos jurídicos acima apresentados, este Executivo municipal apresenta as suas razões de veto total ao projeto de lei municipal n°. 009, de 2012, de autoria deste Poder Legislativo, nos termos do art. 52, § 1°. da LOM, uma vez que restou demonstrado ser ilegal e inconstitucional, contrariando diretamente o que prevê o inciso X, do art. 59, da Lei Orgânica Municipal e o inciso V, do art. 30, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal